

RECURSO ESPECIAL Nº 1.856.026 - SC (2020/0001393-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : EDGUINALDO DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. DELITO CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 2º, II, DA LEI N. 8.137/90, C/C O ART. 71, CAPUT, DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSOS DA DEFESA E DA ACUSAÇÃO.

NULIDADE DA SENTENÇA. SUSTENTADA ILEGALIDADE NA DECRETAÇÃO DA REVELIA. NÃO OCORRÊNCIA. RÉU QUE SE AUSENTOU DA SALA DE ESPERA DE AUDIÊNCIAS. SUPOSTO COMPROMISSO DE TRABALHO NÃO COMPROVADO. SOLENIDADE INICIADA COM ATRASO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO. EXEGESE DO ART. 367 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PREFACIAL AFASTADA.

MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. ACOLHIMENTO. CONSEQUÊNCIAS GRAVES DO DELITO. ALTO VALOR DE TRIBUTOS SONEGADOS. PREJUÍZO CONSIDERÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. ADEQUAÇÃO DA REPRIMENDA.

ALTERAÇÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA SUBSTITUTIVA POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. IMPOSSIBILIDADE. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. ESCOLHA ADEQUADA QUE ATENDE AO CARÁTER PUNITIVO E RESSOCIALIZADOR.

DESTINAÇÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA PARA A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO. VIABILIDADE. VÍTIMA DEFINIDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 45, § 1º, DO CÓDIGO PENAL.

FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO DO DANO AO ERÁRIO. DESCABIMENTO. FAZENDA PÚBLICA QUE POSSUI MEIOS PRÓPRIOS PARA RECUPERAR OS VALORES SONEGADOS.

RECURSOS CONHECIDOS. APELO DEFENSIVO NÃO PROVIDO. RECLAMO MINISTERIAL PROVIDO PARCIALMENTE.

Sustenta o Ministério Público que o acórdão recorrido, ao decidir pela impossibilidade de fixação de valor mínimo para a reparação do dano ao fisco, por entender que a Fazenda Pública pode recuperar os valores sonegados mediante a inscrição em dívida ativa e execução fiscal, teria incorrido em contrariedade ao art. 387, IV, do CPP.

Pugna pelo provimento do recurso para reconhecer a possibilidade de fixação do valor mínimo para reparação do dano causado à Fazenda Pública.

Contrarrazoado, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Dessume-se dos autos que o ora recorrido foi condenado, como incurso no art. 2º, II, da Lei n. 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal, à pena de 10 meses de detenção, em regime inicial aberto, substituída por uma medida restritiva de direitos, além do pagamento de 16 dias-multa, deixando as instâncias ordinárias de fixar valor mínimo para a reparação dos danos causados pela prática delitiva.

No que se refere à aventada contrariedade ao art. 387, IV, do CPP, colhe-se do acórdão combatido:

2.4 Fixação de verba a título de reparação dos danos causados ao erário

Por fim, pugnou o representante ministerial pela fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados ao erário, nos termos do art. 91, I, do CP e do art. 387, IV, do CPP.

O magistrado singular negou o pedido na sentença, sob o argumento, em suma, de que a Fazenda Pública possui meios próprios para efetuar a cobrança do débito tributário.

E, embora não se olvide a existência de entendimento em sentido contrário, este relator filia-se ao entendimento de que **"a Fazenda Pública, na qualidade de vítima do crime contra a ordem tributária, tem possibilidade de recuperar os valores sonegados mediante a inscrição em dívida ativa e execução fiscal, não sendo necessária a fixação de valor mínimo para reparação de danos ao ofendido, prevista no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal"** (TJSC, Apelação Criminal n. 2015.021576-2, de Tangará, rel. Des. Newton Varella Júnior, j. em 1º/10/2015).

[...]

Sendo assim, diante da existência de meios específicos para a cobrança da dívida tributária pelo Erário Estadual, nega-se provimento ao apelo no ponto.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *a aplicação do instituto disposto no art. 387, inciso IV, do CPP, referente à reparação de natureza cível, quando da prolação da sentença condenatória, requer a dedução de um pedido expresso do querelante ou do Ministério Público, em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa* (AgRg no REsp 1622852/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 14/03/2017). No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL

PENAL. ROUBO. ART. 387, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS CAUSADOS PELO DELITO. INEXISTÊNCIA DE INSTRUÇÃO ESPECÍFICA NO CURSO DO PROCESSO. INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "a fixação de valor mínimo para reparação dos danos materiais causados pela infração exige, além de pedido expresso na inicial, a indicação de valor e instrução probatória específica, de modo a possibilitar ao réu o direito de defesa com a comprovação de inexistência de prejuízo a ser reparado ou a indicação de quantum diverso" (AgRg no REsp 1.724.625/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe de 28/06/2018.)

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1785526/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. VIOLAÇÃO DO ART. 387, IV, DO CPP. ROUBO MAJORADO. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. PEDIDO EXPRESSO DO QUANTUM DA ACUSAÇÃO NA DENÚNCIA. VERIFICAÇÃO. OCORRÊNCIA. DEFESA TÉCNICA POSSIBILITADA DE EXERCER AMPLA DEFESA. PRECEDENTE DESTESUPERIOR TRIBUNAL. SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE.

[...]

3. Para que seja fixado na sentença o início da reparação civil, com base no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, deve haver pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e ser oportunizado o contraditório ao réu, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa. (REsp. n. 1.193.083/RS, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 27/8/2013)

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1620494/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 01/12/2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIAS DE FATO. CONTRAVENÇÃO PRATICADA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. ART. 387, IV, DO CPP. REPARAÇÃO DO DANO. FIXAÇÃO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. NECESSIDADE DE PEDIDO EXPRESSO E INSTRUÇÃO ESPECÍFICA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. VEDAÇÃO DO ENUNCIADO N.º 83 DA SÚMULA DO STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Esta Corte Superior de Justiça já firmou entendimento no sentido de

que "A reparação de danos, além de pedido expresso, pressupõe a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa. Necessário, portanto, instrução específica para apurar o valor da indenização" (AgRg no REsp 1483846/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 23/2/2016, DJe 29/2/2016).

2. Incidência do óbice do Enunciado n.º 83 da Súmula do STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

3. Agravo a que se nega provimento (AgRg no AREsp 952.492/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016).

No caso, em que pese ter havido pedido expresso do Ministério Público no sentido da fixação de valor mínimo a título de reparação por danos materiais decorrentes do delito, não houve instrução probatória específica, de forma que não se mostra possível o reconhecimento da aventada contrariedade ao art. 387, IV, do CPP.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator